

Boletim

Nº 2.044 - Ano 45 - 10 de dezembro de 2018

Marcelo Lustosa | UFMG



Eficiência do
monitoramento de
rios por estudantes
é comprovada em
pesquisa do ICB

Página 6

DECLARAÇÃO INSPIRADORA

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, lançada há 70 anos em resposta às atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial, inspira uma série de iniciativas – sob o abrigo da Rede Direitos Humanos UFMG – de proteção e defesa de populações vulneráveis. Algumas delas são abordadas nesta edição.

Páginas 4 e 5

Os MUSEUS, as FAKE NEWS e o SILÊNCIO

Ana Cecília Rocha Veiga*

Os museus, as universidades e as leis de fomento à cultura têm sido motivo para discussões e servido de munição para geração de fake news, conforme pesquisa realizada pelo LavGRAFT/UFMG (<https://lavgraft.com.br/fakenews/>). Nos casos das últimas exposições consideradas polêmicas, chamou a atenção o fato de o debate relevante sobre o papel da arte e dos museus ter-se dado nos porões dos grupos privados das redes sociais, no sigilo do inbox, longe dos principais veículos de comunicação.

A exposição acrescenta algo ao debate ou é mais do mesmo? Qual a contribuição do discurso, da expografia e da estética das obras para o campo artístico e para a reflexão de assuntos relevantes na contemporaneidade? Essas perguntas, entre outras, emergiram ao largo das polêmicas, restritas aos fóruns fechados de profissionais, ao círculo dos iniciados. Não obstante nossas respostas eventualmente divergentes para cada uma dessas indagações, ninguém (ou quase ninguém) da área cultural queria pôr lenha na fogueira e dar argumento ao opositor. Tínhamos praticamente um consenso, um inimigo em comum. E esse inimigo se chamava censura.

E assim, sob a cortina de fumaça dessas polêmicas, do aviltamento da liberdade de expressão, pouco se debateu sobre questões igualmente relevantes para a cultura e para a sociedade. Esse silenciamento é, em parte, também consequência das fake news. No lugar do diálogo saudável, reinou o espetaculoso imaginário, as notícias falsas, o bate-boca sem embasamento, a agressividade daqueles que, não raro, sequer têm o hábito de frequentar museus. Daqueles que desconhecem o velho clichê: não defender necessariamente o que o outro diz, mas a liberdade de dizê-lo. Ou recorrendo à acidez sem eufemismos de Comte-Sponville: "Cada um tem a estética que merece". O caso é que gosto se discute, exceto quando o mais importante é garantir princípios essenciais,

como a democracia e os direitos humanos. Aí prescindimos das demais reflexões para tentar livrar nossas instituições culturais das garras do cerceamento e da ignorância.

Combater as notícias falsas e reparar os danos causados pela explosão virtual são tarefas ingratas, mas temos de tentar assim mesmo. Um primeiro público que precisamos alcançar é formado pelos próprios frequentadores de museus, e essa tarefa deve começar pelo estabelecimento efetivo de diálogo com esses usuários, ampliando ainda a presença da instituição nas mídias digitais. Passa pelo desenvolvimento de sites e blogs de museus atraentes, funcionais, transparentes e completos, nos quais constem não somente os sucessos, mas também os fracassos da instituição, como suas tentativas frustradas de captação de recursos.

Precisamos falar abertamente sobre nossas dificuldades, para que os amantes do conhecimento e os visitantes assíduos se manifestem em prol da sobrevivência dos nossos museus. As paredes dos museus escondem o lado "profano" da arte, como diria Boris Groys. Suas coleções on-line e sites acabam por seguir essa mesma tendência que, se por um lado encanta o fruidor, por outro contribui para a desinformação acerca do cotidiano das instituições culturais, com seus desafios diários e orçamentos escassos.

É preciso, portanto, atrair e mapear frequentadores e profissionais bem informados e engajados na causa cultural, potenciais ativistas digitais, que podem ser alcançados por meio das redes sociais institucionais, do marketing digital, do SEO (otimização para mecanismos de busca), da Web Semântica, da formação de bancos de e-mails de usuários, da produção de conteúdo sempre renovado e dinâmico para os blogs e sites de museus.

Esse conteúdo tem suas demandas peculiares: não lemos na tela como o fazemos no papel. Assim como não é adequado afixar nas exposições textos escritos para catálogos

e livros, não devemos descolar as letras das paredes e jogá-las inadvertidamente nas páginas digitais. O veículo afeta o teor da mensagem, pelo menos o modo como é compreendida. Museólogos, curadores, historiadores, jornalistas e demais escritores do campo cultural precisam aprender novas habilidades, como redigir para as mídias sociais (a exemplo de técnicas de *webwriting* e *UX writing*).

Por fim, mas não menos importante, deve-se exigir que os meios de comunicação, ao menos aqueles com algum respeito à ética jornalística, publiquem na íntegra notas e cartas oficiais dos museus sobre temas polêmicos. É fundamental que as assessorias de comunicação utilizem esse recurso crucial: "pegar carona" nos cliques e compartilhamentos de cada reportagem sobre o museu, apresentando a versão oficial da instituição e dando voz ao contraditório. Jornais, agências de checagem de fatos e blogs sérios costumam ser sensíveis a esse direito, e essas publicações ainda são bastante difundidas, como revelam nossos levantamentos.

É urgente que os museus, a academia e a imprensa cultural reajam com mais propriedade a essa avalanche de desinformação que nos toma de assalto, antes que sejamos engolidos pela revolução digital, que não respeita o tempo individual de adaptação, que não espera os retardatários. Antes que sejamos derrotados pela nossa resistência ao inevitável: vivemos em um mundo digital. Nesse ritmo, corremos sérios riscos de sermos soterrados pelos gritos cada vez mais altos das fake news. Aos "vencedores", o nosso silêncio? Sabemos que a luta virtual é árdua e, em alguns casos, inglória, mas simplesmente não podemos nos omitir.

*Professora do Curso de Museologia da Escola de Ciência da Informação

LEGADO e INOVAÇÃO

PDI 2018-2023 reflete equilíbrio entre tradição e novas questões

Ana Rita Araújo

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que vai orientar as ações da UFMG no período 2018-2023, foi aprovado pelo Conselho Universitário. O documento estará disponível para consulta a partir de janeiro. Elaborado por comissão específica, o plano recebeu contribuições da comunidade universitária, por meio de sugestões individuais ou de grupos, geradas por discussões nas unidades acadêmicas e nos debates em três audiências públicas, realizadas nos campi Pampulha, Saúde e Montes Claros.

“Precisamos destacar que o processo de elaboração do PDI foi marcado pela construção. Refletimos e adotamos uma estratégia que, de fato, assegurou oportunidades para a participação efetiva da comunidade universitária”, afirma a reitora Sandra Regina Goulart Almeida. Ela ressalta que, além de sugestões que chegaram para a comissão por meio das audiências públicas, muitas contribuições foram recebidas pelo site desenvolvido especialmente para reunir os documentos iniciais elaborados pela comissão. “Estamos felizes porque o documento representa, de fato, o desejo da UFMG”, enfatiza.

Síntese

Para o presidente da Comissão de Sistematização do PDI, professor Ricardo Takahashi, embora seja uma determinação legal, o Plano deve ser considerado, principalmente, uma oportunidade especial em que a Universidade “sintetiza a análise sobre seu passado e projeta o futuro, de curto e longo prazos”.

O PDI também se beneficiou de conceitos e informações de outras duas fontes: a avaliação externa, realizada por comissão do Ministério da Educação (MEC) que visitou a Universidade em agosto de 2017, e o processo de autoavaliação, iniciado há cerca de quatro anos no âmbito da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Composta de 14 membros de todos os segmentos, setores e áreas da Universidade, a CPA tem elaborado retrato institucional abrangente da graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão, gestão de pessoas, planejamento e infraestrutura. Relatórios anuais são publicados no site da UFMG e em canal de comunicação online com o MEC.

A professora Cristina Alvim, que integrou a Comissão de Sistematização do PDI por ser, à época, presidente da CPA, comenta que a leitura e a análise crítica dos documentos anteriores e o esforço de pensar novas proposições “ajudaram a perceber como a Instituição tem aprendido com as dificuldades, como evoluiu e em que aspectos ainda precisa avançar”.

Também integraram a comissão de sistematização a diretora de Avaliação Institucional, Viviane Birchall, o professor Hugo da Gama Cerqueira, atual diretor da Face e pró-reitor de Planejamento na última gestão, representantes das câmaras de Graduação, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão, dois servidores técnico-administrativos e dois estudantes.

Avanços

“No processo de construção do PDI, procuramos um equilíbrio entre dois movimentos: manter uma continuidade de decisões e processos em curso, que expressaram valores institucionais consolidados, e introduzir novas lógicas e perspectivas, que reflitam questões da ordem do dia, como cidadania, inclusão, acessibilidade e internacionalização”, afirma a reitora Sandra Goulart Almeida.

Embora o texto contenha as características mais perenes da Universidade, já presentes nos PDIs anteriores, o novo documento avançou tanto no formato – agora com considerações mais detalhadas sobre vários temas – quanto na ênfase que deu a aspectos considerados prioritários pela comunidade acadêmica.

“Um dos exemplos de como a intervenção da comunidade interferiu no texto final refere-se à questão ambiental”, diz Ricardo Takahashi. Segundo ele, esse assunto ganhou uma seção específica no capítulo Desenvolvimento Institucional, em que recebeu abordagem inter e transdisciplinar e será tratado transversalmente por setores diversos da Universidade, com ações que abrangem ensino, pesquisa, extensão, gestão e comunicação.

Outra seção do mesmo capítulo é dedicada à internacionalização, identificada como um desafio abrangente, isto é, como meta que deve mobilizar toda a comunidade – da escola básica a ações de extensão. A intenção, segundo Takahashi, é que o tema se firme como bandeira abraçada por toda a instituição. “É desejável que a UFMG veja a internacionalização dessa maneira. O assunto foi incluído nesse capítulo por extrapolar muito o que um setor, sozinho, conseguiria fazer”, comenta Takahashi.

Temas como cidadania, inclusão e acessibilidade também mereceram abordagens mais extensas, incorporando reflexões da comunidade. Para o presidente da Comissão, isso não apenas gerou um texto mais denso e completo, mas faz do novo PDI um documento que os integrantes da Universidade vão “perceber como seu, já que é resultado de um processo de escuta de que todos puderam participar”.

[Versão ampliada desta matéria foi publicada no Portal UFMG, em 30/11/2018]



Vista aérea do campus Pampulha, onde está concentrada a maioria das unidades da UFMG

Foca Lisboa | UFMG

REDE de DIREITOS

Grupos de extensão da UFMG trabalham para fazer valer os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Zirlene Lemos*

Nesta segunda-feira, 10 de dezembro, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), um dos documentos mais importantes produzidos no século passado, completa 70 anos. A Declaração defende a igualdade e a dignidade das pessoas e condena a discriminação por raça, cor, gênero, idioma, nacionalidade, religião ou opinião política.

Para contribuir com a efetividade da DUDH, a Pró-reitoria de Extensão mantém, há pouco mais de dois anos, a Rede Direitos Humanos UFMG, que promove discussões sobre violações ao reunir e articular cerca de 20 grupos, laboratórios e núcleos de extensão, ensino e pesquisa para tratar da temática. De caráter interdisciplinar, a Rede propõe a construção de uma agenda de troca, interlocução e cooperação continuada entre seus membros em diálogo com políticas públicas, movimentos, coletivos e organizações sociais.

Gênero e sexualidade

Uma adolescente negra, moradora da periferia da capital mineira, que ocupava o “cargo” de gerente do tráfico e era conhecida como “homem do tráfico”, foi cobrar uma dívida relacionada à venda de drogas. O devedor a recebeu com desdém: “Nem homem de verdade você é”. A garota irritou-se com a provocação e agrediu a vítima, o que a levou a cumprir medida socioeducativa de internação.

Casos como esse são passíveis de acolhimento pelo projeto de extensão *Gênero e sexualidade: ações interdisciplinares*, coordenado pela professora Lisandra Espíndula Moreira, do Departamento de Psicologia da Fafich. A ação mobiliza estudantes dos cursos de Psicologia e Direito em parceria com a Clínica de Direitos Humanos da UFMG, que também integra a Rede.

“Completamos dois anos de projeto e concentramos a atuação em duas frentes de trabalho: uma referente à discussão sobre maternidades em contextos de vulnerabilidade social e outra relacionada à discussão de sexualidade no sistema socioeducativo. Acompanhamos casos específicos e construímos debates ampliados como estratégia para a mudança de contextos gerais de desigualdades em relação a marcadores de gênero, sexualidade, raça e pobreza, entre outros”, explica Lisandra.

Troca de saberes

O projeto de extensão Sistemas Elétricos Experimentais (Selex), que envolve estudantes das engenharias de Sistemas e Elétrica, e de Psicologia, estimula os laços escolares e o reposicionamento sociopolítico de jovens com idade de 12 a 18 anos que cumprem medidas socioeducativas. “A ação é baseada em oficinas de trocas de saberes entre esses

Atualmente, apoia projetos que lidam com temáticas ligadas às populações vulneráveis, ao gênero e sexualidade, à cidade, a populações de rua e a questões raciais.

A pró-reitora de Extensão, Claudia Mayorga, lembra que a Declaração menciona a importância da educação para a construção de uma cultura de direitos humanos. “A universidade pode e deve contribuir por meio de ações de extensão, de ensino, de pesquisa e também de suas práticas institucionais para que os saberes e práticas aqui produzidos se juntem aos esforços de construção de um mundo mais justo e democrático”, afirma a professora. “Felizmente, a UFMG tem muitas iniciativas nesse sentido, com grande impacto em grupos vulneráveis, instituições e políticas públicas”, acrescenta.

Algumas dessas iniciativas estão descritas a seguir.

jovens e os extensionistas”, afirma a professora Lisandra Moreira, que também participa da iniciativa coordenada pelo professor Lucas de Souza Batista, do Departamento de Engenharia Elétrica da Escola de Engenharia. Em funcionamento desde 2010, o projeto conta com parceria da Prefeitura de Belo Horizonte.

Cidadania

Um dos programas de extensão mais tradicionais da UFMG, o Polos de Cidadania dedica-se à identificação de violações. “Há mais de 20 anos, o Polos tem como meta a promoção dos direitos humanos por meio da formação, do empoderamento, das ações em comunidades de Belo Horizonte e nos municípios de Conceição do Mato Dentro e Dom Joaquim. São ações jurídicas, sociais e educativas que possibilitam o diagnóstico,

a identificação e o combate às violações”, explica a coordenadora, professora Marcella Furtado, da Faculdade de Direito.

Poder às mulheres

O combate a violações também é um dos eixos do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (Nepem), da Fafich, especificamente em relação aos direitos das mulheres negras, pobres e lésbicas. “Nossos projetos e programas de extensão mantêm estreita relação com a Declaração Universal dos Direitos Humanos”, comenta a professora Marlise Matos, coordenadora do Nepem.

Um exemplo é o projeto *Mulheres construindo cidadania: iniciativas para o empoderamento econômico de mulheres e construção da igualdade de gênero em Minas Gerais*, do qual participam 12 grupos



Acervo Polos de Cidadania

Manifestação apoiada pelo Polos de Cidadania: ações em BH e no interior de Minas Gerais

de mulheres com seus empreendimentos econômicos, acompanhados durante mais de um ano. “Foram cerca de 600 mulheres, e cada empreendimento contava com, ao menos, 20 pessoas, metade delas residentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte e a outra, no Vale do Jequitinhonha”, explica Marlise. Segundo ela, o principal critério de seleção desses grupos foi a situação de vulnerabilidade social e econômica, além do papel de liderança que desempenham em suas comunidades quilombolas, indígenas ou em assentamentos rurais, mas com risco permanente de terem seus direitos violados.

Outra iniciativa que compõe a Rede Direitos Humanos UFMG é o Grupo Gênero, Sexualidade e Sexo (GSS), da Faculdade de Educação, sob a coordenação da professora Adla Betsaida Martins Teixeira. “Nosso grupo tem desenvolvido várias iniciativas na promoção dos direitos de mulheres, meninos e homossexuais”, conta a professora.

Algumas ações do GSS são realizadas em escolas públicas. Uma delas estimula a difusão do conhecimento científico como direito humano, estimulando o interesse dos estudantes pelo universo da ciência. “A discussão sobre gênero, apesar de todo esse preconceito contra a ‘ideologia de gênero’, deve ser feita. Gênero não se limita apenas a meninas e mulheres, mas à condição das pessoas nas instituições escolares. Nossa proposta é promover educação para todos”, enfatiza Adla Betsaida.

A professora destaca estudo recente desenvolvido pelo GSS, segundo o qual mulheres pesquisadoras na UFMG são mais produtivas que os homens. “Apesar disso, a instituição ainda precisa incentivar mudanças na sua organização e nos métodos de ensino a fim de melhorar o ambiente acadêmico para a atuação das mulheres”, defende a professora Adla Betsaida.

**Jornalista da Pró-reitoria de Extensão*



Acervo Nepem

Nepem acompanhou empreendimentos conduzidos por mulheres

VACINA CONTRA A BARBÁRIE

Proposta pela Organização das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos surgiu no contexto do pós-ssegunda guerra mundial, quando a humanidade viveu os horrores do nazismo, e a superação da barbárie era urgente. “Houve outras atrocidades ao longo da história, como a escravidão, mas a Segunda Guerra Mundial foi um marco importante”, avalia a professora Cláudia Mayorga. Ela lembra que, em seus 30 artigos, o documento sintetiza a proteção de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais e reconhece como supremos os valores da igualdade, liberdade e fraternidade, já presentes na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, da Revolução Francesa (1789).

As violações contra a Humanidade não cessaram e devem ser preocupação constante dos povos e sociedades. “Os direitos previstos na Declaração, universais e imprescritíveis, têm sido ampliados e relidos com base na atuação contínua de grupos e sujeitos que reivindicam a sua própria humanidade. O documento é marco fundamental para a garantia da liberdade, da dignidade e dos direitos de todos os povos e para a diminuição das desigualdades sociais”, conclui Claudia Mayorga.

UFMG EMPREENDEDORA

Ações no campo da inovação são reconhecidas por associação de startups

A UFMG recebeu, pela segunda vez consecutiva, o prêmio de universidade do ano pelo Startup Awards 2018, evento organizado pela Associação Brasileira de Startups, que homenageia os destaques em inovação e empreendedorismo no país. O prêmio foi entregue, no último dia 30, durante a Conferência Anual de Startups e Empreendedorismo (Case), realizada em São Paulo.

A Universidade foi representada por Pedro Israel, cofundador da startup Melhor Plano e professor voluntário na UFMG.

Um dos destaques das iniciativas desenvolvidas na UFMG é a Formação Transversal em Empreendedorismo e Inovação, idealizada pela Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica (CTIT). Aberta a

alunos de todos os cursos, reúne disciplinas ofertadas por diversos departamentos sobre fundamentos, técnicas e experiências práticas em empreendedorismo e inovação.

Demanda

Uma das disciplinas que compõem a formação é *Empreendimentos em informática*, ministrada pelo Departamento de Ciência da Computação (DCC). O professor Renato Ferreira, um dos responsáveis pelo novo formato da disciplina, que existe desde a década de 1980, explica que há uma demanda por profissionais com formação em empreendedorismo. “A disciplina foi reformulada em parceria com ex-alunos da UFMG, que hoje são empreendedores do

San Pedro Valley. As aulas ocorrem duas vezes por semana, com conteúdo teórico sobre as metodologias de criação de uma startup e palestras semanais feitas por empreendedores convidados”, analisa.

Outros trunfos da UFMG são a Inova, incubadora que fornece apoio e infraestrutura para a consolidação de empresas e projetos de base tecnológica, o Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BH-Tec), que faz a ponte entre o conhecimento científico gerado na Universidade e sua aplicação pelo setor empresarial, e a rede de 19 empresas juniores, nas quais alunos de diversos cursos experimentam o ambiente empreendedor e prestam serviços à comunidade.

O RIO da minha ESCOLA

Pesquisa do ICB comprova consistência de monitoramento ambiental de riachos feito por estudantes e professores do ensino básico

Ana Rita Araújo

O monitoramento de rios urbanos por estudantes de escolas públicas e privadas, em parceria com universidades, é uma ferramenta eficaz para melhorar o ensino de ciências, aumentar a participação social e proteger os serviços ecossistêmicos fornecidos pelos cursos d'água, revela pesquisa recém-publicada no periódico *Ambio*, de alto impacto na área de ecologia.

Desenvolvido no Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da UFMG, em colaboração com a Oregon State University, dos Estados Unidos, o trabalho é parte da pesquisa de doutorado de Juliana Silva França, sob orientação do professor Marcos Callisto, do Departamento de Biologia Geral. Trata-se do monitoramento participativo de riachos nas bacias hidrográficas dos rios Paraopeba e das Velhas, realizado por meio de índices biológicos e multimétricos adaptados para aplicação fora dos laboratórios da Universidade.

“Demonstramos, por meio de estudos científicos bem fundamentados, que jovens estudantes podem ser treinados para usar metodologias simplificadas e, assim, avaliar a qualidade ambiental e monitorar a condição das águas urbanas”, diz a pesquisadora, cuja tese validou a consistência de avaliações de 46 ecossistemas aquáticos realizadas por 155 professores e 1.810 estudantes de 54 escolas de ensino básico em 12 municípios mineiros.

Crerios

Após receberem treinamento teórico e prático, os jovens fazem avaliações periódicas de cursos d'água nas imediações de suas escolas. A primeira etapa diz respeito às condições do entorno do rio, como mata ciliar, lixo, esgoto, cheiro e número de moradias. Os resultados são classificados com base em protocolos de habitats físicos. Em seguida, os estudantes examinam a qualidade física e química da água. “Eles fazem coleta e usam eco-kits de avaliação colorimétrica que fornecemos para as escolas. A água muda de cor de acordo com as concentrações de oxigênio, nutrientes e poluição”, relata Juliana França.

Por fim, as equipes, munidas de peneiras, coletam, do leito do rio, macroinvertebrados como minhocas, caramujos e insetos, os chamados organismos bentônicos, por estarem associados ao fundo dos ecossistemas aquáticos. Eles funcionam como indicadores ecológicos, capazes de revelar a qualidade

da água. “A pontuação, nesse caso, refere-se à presença e à quantidade de organismos mais sensíveis e dos mais resistentes à poluição”, explica Marcos Callisto.

De acordo com o orientador, o trabalho de Juliana França inova por associar ensino, pesquisa e extensão, por meio da ciência cidadã e do monitoramento participativo. Para Callisto, a abordagem da ciência cidadã é mais do que uma ferramenta, pois representa o engajamento da sociedade, o fortalecimento da cidadania e o investimento no jovem estudante. “Todo esse arcabouço, conceitual e prático, da tese da Juliana têm essas missões”, diz o orientador.

Outro autor do artigo, o professor Ricardo Solar, pondera que a sensação de ser responsável pelo rio que passa próximo da escola traz empoderamento, porque faz esses alunos participarem da sociedade de uma maneira assertiva, tornando-os mais atuantes. Ele explica que o monitoramento de rios, feito dessa forma, é mais efetivo e barato. “É uma tarefa impossível de ser totalmente realizada em escala governamental, mesmo que fosse a única prioridade financeira do país”.

Solar, que é vice-coordenador do Programa de Pós-graduação em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre, comenta que a experiência é replicável em qualquer local. “Estudamos uma região metropolitana, com uma biodiversidade absurdamente grande, e mostramos que, apesar das dificuldades próprias de um país em desenvolvimento, com ciência básica e participação cidadã é possível avançar no monitoramento e melhorar a condição ambiental de um recurso tão importante como a água”.

Como parte da tese, Juliana França está concluindo a elaboração de um livro, em português, que reúne bases conceituais em ecologia, aspectos metodológicos, interpretação de resultados e relatos de professores que participaram do monitoramento participativo.



Jovens analisam dados nas imediações de um curso d'água

Acervo da pesquisa

O professor Marcos Callisto lembra que as parcerias – mantidas há quase duas décadas pelo Laboratório de Ecologia de Bentos – são fundamentais para a viabilização de trabalhos como esse. Além dos eco-kits de análise, o financiamento é necessário para a produção de materiais como banners, camisetas, bichinhos de pelúcia e um baralho com informações sobre os organismos bentônicos, que tornam lúdica a atividade e atraem os jovens.

Colaboraram para a pesquisa as empresas Gerdau e Cemig. O professor Robert Hughes, da Oregon State University, tem contribuído com a equipe de Callisto, nos últimos dez anos, no desenvolvimento e adaptação de ferramentas de avaliação de qualidade ambiental para a situação brasileira – no Cerrado e também na Amazônia, em colaboração com outros grupos de pesquisa brasileiros.

O trabalho de monitoramento conquistou o terceiro lugar na edição 2018 do 2º Prêmio Boas Práticas Ambientais Sistema Águas Gerais, do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema).

Artigo: *Student monitoring of the ecological quality of neotropical urban streams*

Autores: Juliana Silva França, Ricardo Solar, Robert Hughes e Marcos Callisto

Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s13280-018-1122-z>

CURSOS DE IDIOMAS

Cursos de férias – alemão, espanhol, francês, grego, inglês, italiano, latim e Libras – distribuídos entre os turnos da manhã e da tarde estão com inscrições abertas até 10 de janeiro. Oferecidos pelo Centro de Extensão (Cenex) da Faculdade de Letras, as formações recebem alunos a partir de 14 anos (com exceção dos cursos de alemão, cuja idade mínima é de 16 anos). A inscrição, paga, deve ser feita pelo site da Fundep (<https://bit.ly/2RAsVdM>).

Interessados em iniciar o curso em estágio mais avançado devem comprovar o nível básico ou fazer o teste de nivelamento, que está agendado para 15 de dezembro. As inscrições devem ser feitas pela internet (<https://bit.ly/2E2BxWG>).

BRASIL, UMA BIOGRAFIA

O jornal britânico Financial Times publicou listas dos livros considerados os melhores do ano por seus editores (www.ft.com/booksoftheyear2018). Na categoria de publicações sobre política, a obra *Brazil: A biography*, das professoras Heloisa Starling (UFMG) e Lília Schwarcz (USP), aparece entre as 14 selecionadas.

O jornal ressaltou a importância da obra, de caráter historiográfico, em relação aos recentes acontecimentos políticos no Brasil: “À medida que o país entra em uma nova era sob a presidência de Jair Bolsonaro, um populista de extrema-direita, essa história longa e animada, escrita por duas acadêmicas de renome, ajuda a explicar por que o potencial do Brasil foi frustrado tantas vezes”, escreveu o jornalista Gideon Rachman.

Em julho, quando o livro foi lançado pela editora britânica Allen Lane, o Financial Times publicou resenha sobre a obra e a definiu como uma história convincente, perspicaz e não convencional.

ESCRITA, SOM, IMAGEM

Estão abertas, até 20 de janeiro, as inscrições de comunicações individuais ou coordenadas de pesquisas a serem apresentadas no 2º Colóquio Internacional Escrita, Som, Imagem da UFMG, que ocorrerá de 21 a 25 de maio de 2019, no campus Pampulha.

O evento é destinado a pesquisadores e a artistas interessados em questões de natureza transdisciplinar e envolve literatura, música, artes visuais, cinema, teatro, arquitetura e mídias digitais, visando à compreensão dos fenômenos culturais em uma perspectiva histórica. As inscrições devem ser feitas pela internet (www.letras.ufmg.br/intermedia2019).



Um dos concertos de Natal do Ars Nova será realizado no auditório da Reitoria

VOZES DE NATAL

O Ars Nova – Coral da UFMG fará, neste mês, três concertos para celebrar o Natal. No dia 17, às 19h, a apresentação será no auditório da Reitoria, no campus Pampulha. No dia 19, às 20h, na Igreja São João Evangelista (Rua do Ouro, Bairro Serra), e, no dia 20, às 19h30, na Igreja da Boa Viagem (Rua Sergipe, 175).

O programa de música coral acompanhada por harpa, órgão, orquestra de cordas e peças a cappella inclui alguns dos mais conhecidos “hits natalinos”, como um moteto barroco de Johann Sebastian Bach, uma folia de reis do Sul de Minas, de Nelson Salomé, a Cerimônia de Cantos de Natal, de Benjamin Britten, e uma canção brasileira do século 20, de Heitor Villa-Lobos.

BEM PÚBLICO

Reitores e integrantes de conselhos, redes e associações de instituições de ensino superior da América Latina e do Caribe e representantes de trabalhadores e de estudantes reuniram-se, na semana passada, em Córdoba (Argentina), para consolidar o plano de ação da Conferência Regional de Educação Superior para a América Latina e Caribe (Cres 2018), que será posto em prática nos próximos 10 anos.

“A reunião de trabalho reafirmou a posição contrária à mercantilização do ensino superior. A América Latina e o Caribe são regiões muito atrativas e visadas pelas grandes corporações”, disse a reitora Sandra Regina Goulart Almeida, que representou, no evento, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

De acordo com a reitora, o encontro reforçou o princípio fundamental da Cres: educação pública superior como bem público, dever do Estado e direito de todos. Segundo ela, houve adesão em peso dos dirigentes das universidades, e isso se deve ao momento político delicado vivido na América Latina e no Caribe. Sandra Almeida participou da comissão que discute a internacionalização e a integração regional.

30 ANOS DO SUS

A edição de dezembro do programa Dois Pontos, da TV UFMG, promove debate sobre saúde pública. Neste ano, o Ministério da Saúde completa 65 anos de criação, e o Sistema Único de Saúde (SUS) chega à sua terceira década de existência. No entanto, alguns números indicam que não há muito o que comemorar. Pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Medicina mostra que 87% dos usuários do SUS consideram seus serviços péssimos, ruins ou regulares.

A falta de recursos pode não ser o principal problema. Levantamento da Associação Nacional de Hospitais Privados mostra que, somente em 2017, o setor de saúde brasileiro desperdiçou cerca de R\$ 100 bilhões, com exames desnecessários, erros médicos, excesso de equipamentos e fraudes.

O programa, que pode ser visto no Facebook ([/tvufmg](https://www.facebook.com/tvufmg)) e no YouTube da emissora (www.youtube.com/tvufmg), recebe as professoras Deborah Malta, da Escola de Enfermagem, e Telma Menicucci, do Departamento de Ciência Política da Fafich.

A LONA volta à TONA

Historiadora lança livro sobre trajetória do circo e do teatro em Minas Gerais no século 19

Matheus Espíndola

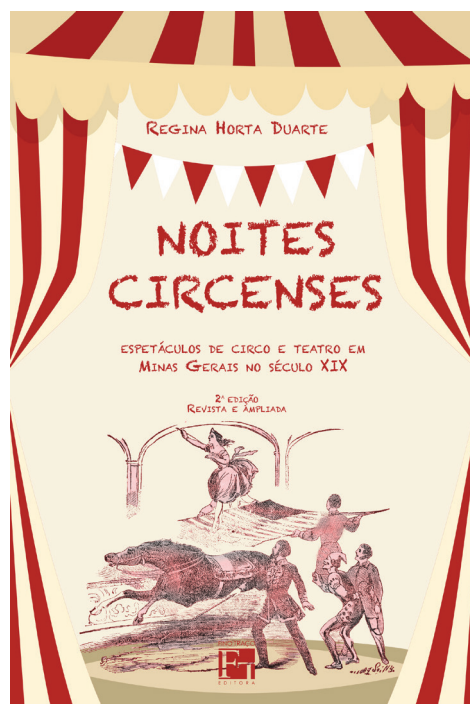
O estudo sobre os espetáculos teatrais e circenses ajuda a descortinar a vida cultural de uma época e diz muito sobre a história de Minas Gerais e do Brasil no século 19, afirma a professora Regina Horta Duarte, do Departamento de História da UFMG.

A professora acaba de reeditar pela Fino Traço o livro *Noites circenses*, cuja primeira versão, de 1995, resultante de sua tese de doutorado em História, foi uma das primeiras publicações brasileiras sobre circo. “Na época era difícil obter a bibliografia, que praticamente só existia no exterior. A documentação sobre o tema, antes dispersa em arquivos e bibliotecas de várias cidades, encontra-se, hoje, em grande parte digitalizada e disponível on-line. Também foram inaugurados, desde então, muitos cursos de pós-graduação em artes cênicas pelo Brasil, que já geraram diversas publicações. Por isso, a segunda edição foi bastante enriquecida e reúne informações inéditas”, relata.

De acordo com a autora, a história de Minas Gerais é influenciada pela educação e pelo poder transformador da arte. “No livro, discuto a arte como elemento de transformação. No século 19, falava-se muito de um ‘teatro civilizador’. Quando chegavam às cidades, os circos e as companhias de teatro marcavam a rotina das pessoas”, revela Regina Horta.

Fontes

Entre as fontes da pesquisa, a historiadora cita roteiros de peças, críticas e crônicas – de escritores célebres como Machado de Assis e José de Alencar, publicadas em jornais cariocas, mas também de dezenas de críticos anônimos que publicavam nos periódicos das cidades mineiras. Ela consultou ainda as Leis Mineiras e do Império (que regulavam a estada e a atividade dos artistas), relatórios dos presidentes de províncias e memórias



Reprodução

se mantém e se adapta às tendências da sociedade contemporânea. “O circo se reinventou de muitas maneiras e segue emocionando o público”, analisa.

Muitos aspectos que configuraram o circo antes do século 20, como avalia a autora, seriam completamente inviáveis nos dias atuais. “O espetáculo dialogava com a realidade daquela época. Hoje, por exemplo, os números de animais selvagens no picadeiro são alvo de críticas e proibições, pois ferem os direitos dos animais. A sensibilidade do público muda conforme os parâmetros éticos de cada época”, argumenta a professora.

Espetáculos de grande sofisticação cênica, como o *Cirque du Soleil*, e a combinação de apresentações circenses com outras performances, como a orquestra, são, no entendimento da historiadora, adaptações que geram mais fascínio entre as novas gerações.

A forma de transmissão do conhecimento também “mudou completamente, mas não é melhor nem pior”, na avaliação da professora. “Antes, as tradições eram passadas oral e gestualmente, de geração em geração, de modo que as companhias se autoalimentavam. Hoje os artistas se formam predominantemente em escolas especializadas. Mas o caráter fantasioso e lúdico permanece”, conclui Regina Horta Duarte.

escritas por antigos moradores das mais variadas localidades mineiras, cuja infância foi vivida no fim do século 19.

Uma das principais conclusões da pesquisa, segundo Regina Horta Duarte, é de que, nessa época, iniciava-se a construção de representações sobre o mineiro que comporiam no “mito da mineiridade”, que atribui um caráter conservador aos seus habitantes, e persiste até os dias atuais, em diversas esferas. “Os artistas, por sua vez, representavam a contramão de tudo isso, principalmente porque o circo não tinha intenções educativas, mas prezava pela diversão pura, pela experiência de prazer e alegria. Assim, no contexto dos primórdios da invenção da ‘mineiridade’, o circo era elemento dissonante”, observa a historiadora.

Para a pesquisadora, embora o formato do circo tenha-se transformado ao longo das últimas décadas, o interesse por essa arte

Obra: *Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*

Autora: Regina Horta Duarte

Editora: Fino Traço

Nº de páginas: 248

Preço: R\$ 35, no site da editora (oferta de pré-lançamento por tempo limitado: www.finotracoeditora.com.br), e R\$ 50, nas livrarias